

MAURICIO ANTONIO RIBEIRO LOPES

---

DIREITO PENAL,  
ESTADO E CONSTITUIÇÃO

*Princípios constitucionais politicamente  
conformadores do Direito Penal*

**IBCCrim**

1997

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Lopes, Mauricio Antonio Ribeiro

Direito penal, estado e constituição princípios constitucionais politicamente conformadores do direito penal / Mauricio Antonio Ribeiro Lopes. — São Paulo : IBCCrim, 1997.

1. Direito constitucional 2. Direito penal 3. Direito penal — Brasil 4. O Estado I. Título.

97-3853

CDU-343:342

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito penal e direito constitucional 343.342
2. Direito penal e Estado 343.342

## *Sumário*

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1. CONSTITUIÇÃO COMO ESTATUTO JURÍDICO E POLÍTICO DO ESTADO E O SISTEMA CONFORMADOR DO DIREITO PENAL</b>	
1.1 A Constituição como estatuto jurídico e político do Estado .....	23
1.2 Direito Penal e sistema penal .....	26
1.3 O Iluminismo como movimento inspirador do Direito Penal contemporâneo .....	28
1.4 Considerações fundamentais sobre o constitucionalismo — a base da positividade jurídica e a publicização da reação penal .....	36
1.5 A Constituição em sentido material e construção racional do modelo penal .....	41
<b>2. CONSTANTES CONSTITUCIONAIS E DETERMINAÇÃO DO NÚCLEO RÍGIDO DO SISTEMA PENAL</b>	
2.1 As constantes constitucionais. Conceito e classificação .....	50
2.2 Constantes constitucionais de núcleo rígido e o sistema penal	56
2.2.1 <i>O princípio da legalidade</i> .....	56
2.2.2 <i>O princípio da taxatividade</i> .....	59
2.2.3 <i>Os princípios da insignificância, da proporcionalidade e outros</i> .....	64

**3. CATEGORIAS CONSTITUCIONAIS E DIREITO PENAL**

3.1 Introdução .....	70
3.2 Categorias constitucionais .....	71
3.3 Normas e princípios constitucionais .....	74
3.4 Princípios constitucionais .....	77
3.4.1 <i>Princípios jurídicos fundamentais</i> .....	84
3.4.2 <i>Princípios políticos constitucionalmente conformadores</i> ..	86
3.5 Normas constitucionais .....	88
3.6 Direitos fundamentais .....	90
3.7 Garantias individuais .....	92
3.8 Remédios constitucionais .....	94
3.9 Relações entre as categorias constitucionais e Direito Penal .	95

**4. RELAÇÕES ENTRE O DIREITO PENAL E O DIREITO CONSTITUCIONAL**

4.1 Introdução .....	99
4.2 Antecedentes históricos .....	101
4.3 O devido processo legal e o Direito Penal .....	106
4.4 As declarações modernas .....	109
4.5 As múltiplas relações entre o Direito Penal e o Direito Consti- tucional .....	112
4.5.1 <i>A constituição como fonte</i> .....	114
4.5.2 <i>A constituição como redutor</i> .....	115
4.5.3 <i>A constituição como filtro</i> .....	116
4.5.4 <i>A constituição como fator de evolução</i> .....	117
4.5.5 <i>A correlação entre a reforma constitucional e a reforma penal</i> .....	118
4.6 Natureza das normas constitucionais em matéria penal .....	121
4.6.1 <i>Classificação proposta por Nuvolone</i> .....	122
4.6.2 <i>Classificação das normas constitucionais quanto à con- seqüência</i> .....	122
4.6.3 <i>Classificação proposta por Palazzo</i> .....	124

## SUMÁRIO

13

4.6.4 <i>Classificação segundo a divisão tricotômica de José Afonso da Silva</i> .....	125
4.6.5 <i>Classificação segundo o conteúdo</i> .....	127
4.6.6 <i>Classificação segundo o destinatário</i> .....	129

**5. RELAÇÕES ENTRE O DIREITO PENAL E A POLÍTICA**

5.1 Introdução .....	130
5.2 Direito Penal e ideologia .....	132
5.3 Direito Penal e política .....	138
5.4 Direito Penal e política criminal .....	142
5.5 Limitações das influências políticas no Direito Penal .....	146
5.6 Direito Penal e orientações políticas .....	148
5.6.1 <i>O Direito Penal e o liberalismo</i> .....	149
5.6.2 <i>O Direito Penal na órbita jurídica da common law</i> ...	151
5.6.3 <i>O Direito Penal e o socialismo</i> .....	154
5.6.4 <i>O totalitarismo penal</i> .....	155
5.6.5 <i>O Direito Penal e a democracia</i> .....	156
5.6.6 <i>Estado de Direito, Estado Social e Direito Penal</i> .....	161

**6. PRINCÍPIOS DEFINIDORES DA FORMA DE ESTADO E O DIREITO PENAL**

6.1 Introdução .....	163
6.2 Sentido material de forma de Estado .....	165
6.3 Princípios definidores da forma de Estado e sua relação com o Direito Penal .....	167
6.3.1 <i>Princípio da soberania</i> .....	168
6.3.2 <i>Princípio da dignidade da pessoa humana</i> .....	183
6.3.3 <i>Princípio do pluralismo político</i> .....	197
6.3.4 <i>Princípios construtivos do modelo social</i> .....	198

**7. PRINCÍPIOS DEFINIDORES DA ESTRUTURA DO ESTADO**

7.1 Noção de estrutura do Estado .....	201
7.2 Princípio federativo .....	202

**8. PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO REGIME POLÍTICO**

8.1 Noção de regime político .....	205
8.2 Princípios democráticos .....	206
8.2.1 <i>O papel dos poderes no Estado democrático</i> .....	208
8.2.2 <i>Princípio da maioria</i> .....	211
8.2.3 <i>Princípio da liberdade</i> .....	214
8.2.4 <i>Princípio da igualdade</i> .....	215
8.2.5 <i>Princípio da publicidade</i> .....	217
8.2.6 <i>Princípios atinentes ao processo legislativo</i> .....	218

**9. PRINCÍPIOS CARACTERIZADORES DA FORMA DE GOVERNO**

9.1 Noção de forma de governo .....	221
9.2 Monarquia, República e Direito Penal .....	222
9.3 Princípio da separação de poderes .....	223
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	227